

**CONTRATO Nº 14/2023****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022.**

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Francisco Carlos dos Santos nº 240, inscrito no **CNPJ** sob nº **88.861.430/0001-49**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade a Rua João de Deus Nunes nº 405, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **RX LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA**, estabelecida à Rua João Alberto Nº 1342, na cidade de Curitiba/PR, inscrito no **CNPJ** sob o nº. **14.164.110/0001-01**, por seu representante legal, Sra: Ana Teresinha Brunetti Rignolo, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem justo e acordado, celebrar o presente contrato oriundo dos saldos remanescentes da **Ata de Registro de Preços nº 40/2022** para Contratação de Empresa para locação de veículos celebrado em 07/02/2022, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

- O objeto deste contrato é a Contratação de Empresa para locação de veículos, com saldos remanescentes da Ata de Registro de Preços nº **40/2022** conforme segue:

Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Nº Item	Lote	Valor unit.
62686	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO, 4 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, NO MÍNIMO 1.0, SEM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, AUTONOMIA DE QUILOMETRAGEM LIVRE	un	Até 166,50	1	1	1.793,14
64804	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO, NO MÍNIMO 15 PASSAGEIROS, 1 PORTA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, NO MÍNIMO 2.0, SEM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, AUTONOMIA QUILOMETRAGEM LIVRE.	un	Até 72	1	5	16.432,71
64807	LOCAÇÃO DE VEÍCULO,	un	Até	1	7	3.913,56



	TIPO PICKUP , DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, SEM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, AUTONOMIA DE QUILOMETRAGEM DE 5000 KM/MÊS. CARROCERIA: PICKUP VOLUME DE CAÇAMBA: 680 LITROS COMBUSTÍVEL: ETANOL/GASOLINA; POTÊNCIA: MÍNIMA DE 85CV; PORTAS: 3 LUGARES: 4 TRAÇÃO: 4X2 CÂMBIO: MECÂNICO		94			
64808	KM EXCEDENTE PARA O VEÍCULO, TIPO PICKUP , DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, SEM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, AUTONOMIA DE QUILOMETRAGEM DE 5000 KM/MÊS. CARROCERIA: PICKUP VOLUME DE CAÇAMBA: 680 LITROS COMBUSTÍVEL: ETANOL/GASOLINA; POTÊNCIA: MÍNIMA DE 85CV; PORTAS: 3 LUGARES: 4 TRAÇÃO: 4X2 CÂMBIO: MECÂNICO	Km	Até 12.000	2	7	0,8200

O valor total do presente objeto oriundo deste contrato será de **R\$ 1.859.427,50 (Um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá início em **30/01/2023** vigorando pelo prazo de **12 (Doze) meses** podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO:

3.1 O pagamento será realizado até o décimo dia útil ao mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar



o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.

3.2 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

3.3 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.4.1 Juntamente com a Nota Fiscal, a promitente fornecedora deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS e outros documentos que possam ser exigidos pela Municipalidade.

3.5 O CNPJ da promitente fornecedora constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 Nenhum pagamento será efetuado a promitente fornecedora enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EXIGÊNCIA DO VEÍCULO E OBSERVAÇÕES GERAIS

4.1 A empresa deverá obedecer rigorosamente ao constante no anexo IV Termo de Referência.

4.2 A prestação de serviços será condicionada a Prefeitura Municipal de Canguçu, conforme sua necessidade;

4.3 Os transportes serão executados dentro e/ou fora do Município de Canguçu;

4.4 Os transportes serão de pessoas, documentos, pacotes, caixas, entre outros para realização de agendas administrativas e de fiscalização, bem como o cumprimento de outros compromissos das Secretarias usuárias dos veículos;

4.5 A prestação do serviço terá quilometragem livre, **sem estimativas**, visando atender as necessidades da contratante, que distribuirá os veículos de acordo com a demanda dos passageiros a serem atendidos;

4.6 A promitente fornecedora deverá transportar única e exclusivamente os passageiros relacionados na lista fornecida pela Municipalidade;

EXIGÊNCIAS DO VEÍCULO

4.7 Os veículos locados deverão ser substituídos sempre que atingirem 02 anos de uso ou 200.000 mil quilômetros rodados;

4.8 Procedência: preferencialmente nacional e cor branca;

4.9 Quanto à necessidade do(s) veículo(s) a empresa promitente fornecedora será comunicada pela Municipalidade com o mínimo de 24 horas de antecedência para a prestação dos serviços, **possuindo prazo máximo de 48 horas para entregar o veículo;**

4.10 Número de portas: no mínimo de 4 portas para veículos de passeio, 2 para pick up e/ou caminhonete, 3 para Kombi e/ou van;

4.11 Acabamento: com ar-condicionado e direção hidráulica;

4.12 Poderá estar licenciado em qualquer estado brasileiro;

4.13 Equipamentos opcionais: equipamentos normais de produção, salvo exceções justificadas pela administração;

4.14 Combustível: original de fábrica;

4.15 Deverão possuir placa com sinalização de proibido fumar dentro dos mesmos;

4.16 Deverão ser adesivados ou utilizar placas constando: A serviço da Prefeitura. Os desenhos, cores e dimensões exatas obedecerão ao modelo a ser fornecido pela Prefeitura;

4.17 Deverão estar equipados com pneus em perfeitas condições de uso e de segurança, inclusive pneu estepe. Tais pneus não poderão ser recauchutados, nem ter remendos internos ou externos (recuperação de cortes com colagens de qualquer espécie). Na troca de pneus só serão aceitos pneus novos, sendo vedada a utilização de pneus reformados ou recauchutados;

4.18 Deverão ser mantidos durante a execução dos serviços sempre em perfeitas condições de uso e com os equipamentos de proteção necessários para a execução dos serviços, conforme legislação em vigor;

4.19 Os veículos quando não estiverem em serviço ficarão no pátio da Central de Veículos do Município, localizado na Rua Júlio de Castilhos, 1690, Bairro Centro, Canguçu RS;

OBSERVAÇÕES GERAIS

Toda a manutenção (preventiva e corretiva), bem como a troca de óleo e reposição de pneus deverá ser executada por conta da promitente fornecedora, cabendo a contratante somente o conserto de pneu;

4.20 Os veículos da empresa promitente fornecedora que irão prestar os serviços deverão possuir Seguro



Total do(s) veículo(s) e Seguro Contra Terceiros, onde o veículo deverá ser coberto por apólice de seguro total, abrangendo acidentes, furto, roubo, incêndio, com cobertura extensiva a terceiros, devidamente regularizado e licenciado.

- 4.21 Os veículos para quaisquer dos lotes deverão ter no máximo 2 anos de fabricação, na data da locação;
- 4.22 A contratação do serviço ficará a critério da Municipalidade, de acordo com a demanda, respeitando o número máximo previsto para cada lote, mês a mês até o final da vigência do referido registro de preços;
- 4.23 Cada veículo locado deverá possuir, em funcionamento, rastreador de veículo (ponto exato do veículo, relatório de parada, distância percorrida, percurso percorrido, indicação de velocidade máxima), com acesso da contratante por meio de login e senha.
- 4.24 O critério de julgamento será menor preço por lote;
- 4.25 O fornecimento do combustível será por conta da contratante para todos os lotes;
- 4.26 As multas são de responsabilidade da contratante (pagamento, recurso, contestação, etc);
- 4.27 Cabe a promitente fornecedora arcar com as despesas de impostos referentes a prestação do serviço, licenciamento IPVA e seguro do veículo;
- 4.28 Todo o veículo locado deverá conter uma cópia da apólice de seguro junto ao documento de licenciamento do veículo;
- 4.29 Sempre que possível será solicitado cópia do documento do(s) veículo(s) a ser(em) locado(s) com antecedência para solicitação do cartão de abastecimento.
- 4.30 A entrega de veículos deverá ocorrer no Município, com exceção, em cidades que ocorre transporte, tais como: Bagé, Pelotas, Piratini, Porto Alegre, Rio Grande, São Lourenço, nesses municípios, poderá ser buscado o veículo.
- 4.31 Diante da dificuldade enfrentada pelas empresas em adquirir algumas marcas de veículos, diante de justificativa, será aceito veículo de marca diferente, desde que possua todos os requisitos solicitados.
- 4.32 O Município não se responsabiliza, por quaisquer danos causados no veículo (batidas, amassados, entre outros), ou danos a terceiros.
- 4.33 Poderá ser usado para assinatura de quaisquer documentos, o certificado digital, desde que conferido pelo ICP-Brasil.
- 4.34 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor do município responsável não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
- 4.35 Verificada a não conformidade na prestação dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias imediatamente ou no prazo máximo de 02 horas, de forma que não haja descontinuidade da utilização, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- 4.36 A Nota Fiscal deve, obrigatoriamente, ser entregue junto ao setor financeiro da Secretaria da Fazenda, constando nela a data e hora em que os serviços foram prestados, além da identificação de quem acompanhou a execução dos serviços, o número do Pregão, o nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta corrente da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o fornecimento de acordo com os ajustes pactuados neste contrato correspondente;
- b) observar na execução do contrato, os princípios de boa técnica e qualidade;
- c) quando da realização do contrato, submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE;
- d) utilizar seus equipamentos e fornecer os materiais necessários à execução do objeto, com despesas as expensas da CONTRATADA;
- e) responder pelos prejuízos ou danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, seja esta consequência de culpa ou dolo próprio ou de seus propostos ou auxiliares;
- f) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;

Parágrafo único. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato.



CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE tem a obrigação de cumprir este contrato, na forma legal e segundo as disposições previstas no edital correspondente e neste instrumento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

O Proponente poderá ter o seu contrato suspenso ou cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

I - A pedido, quando comprovar, mediante solicitação expressa, estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório.

II - Por iniciativa da Administração quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, inclusive não realizando a entrega da mercadoria no prazo contratado;
- b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

Parágrafo primeiro. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

Parágrafo segundo. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será realizada por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

Parágrafo terceiro. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 10 (dez) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

Pelo descumprimento total ou parcial da entrega dos equipamentos, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- b.1) Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;
- b.2) multa nas formas previstas no item c e d (desta cláusula);
- b.3) rescisão de contrato;
- b.4) suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- b.5) declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.
- c) Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso e descumprimento das obrigações estabelecidas no presente edital, até o máximo de 10 (dez por cento), a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

d) Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

As sanções previstas nos itens b.1, b.3 e b.4 do edital poderão ser aplicadas juntamente com a do item b.2, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes deste Edital correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

ÓRGÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

10.1 - Fica responsável pela fiscalização deste contrato o **Sr: LEANDRO GONÇALVES GULARTE**, Cargo Mecânico Especializado em Máquinas Pesadas, matrícula 50.200-6.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 – Integram o presente contrato, a Ata de registro de preços nº 40/2022, o Edital de Pregão Eletrônico Nº 02/2022 e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Canguçu, RS 30 de Janeiro de 2023.

MARCUS VINÍCIUS MÜLLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

RX LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5B11-D7D5-8508-D366

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANA TERESINHA BRUNETTI RIGOLINO (CPF 034.XXX.XXX-53) em 06/02/2023 14:21:51 (GMT-03:00)
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 06/02/2023 15:39:10 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 07/02/2023 09:48:25
(GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/5B11-D7D5-8508-D366>